

SANEAMENTO & SAÚDE

Bayer Se é Bayer, é bom.

PRODUÇÃO

Indústria da madeira queixa-se de leis ambientais

Associação do setor quer maior atenção do governo para aumentar exportações, preservar empregos e normalizar plantio de florestas

Andrea Viaili
de São Paulo

No próximo dia 8 de abril, na embaixada brasileira em Londres, a Associação Brasileira da Indústria da Madeira Processada Mecanicamente (Abimci) realizará um workshop quando mostrará aos clientes europeus as vantagens dos produtos brasileiros. A Abimci pretende apresentar o programa de certificação de madeiras desenvolvido no Brasil e credenciar-se junto a entidades com credibilidade na Europa para avaliar o sistema de certificação brasileiro. É o que Odelir Battistella, presidente da entidade, chama de "buscar reconhecimento mútuo". Em 2002, o País exportou US\$1,5 bilhão em madeiras processadas.

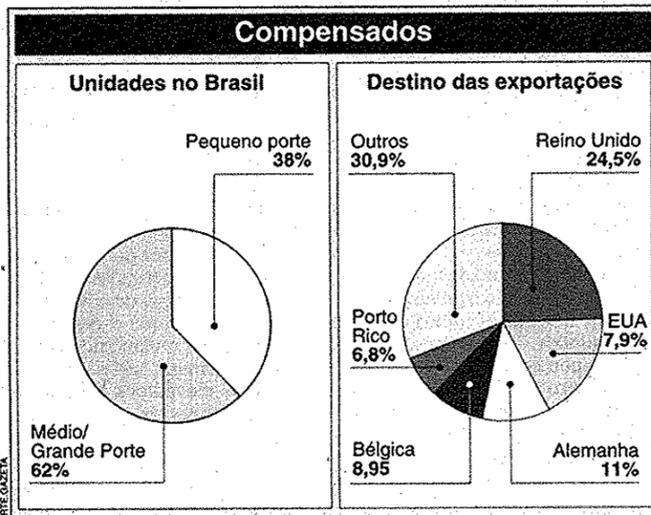
Essa indústria, que compreende a produção de madeira serrada e compensados para consumo interno e exportação, é composta por 99% de pequenas empresas de estrutura familiar. Soma 13 mil serrarias e 320 fábricas de compensado de madeira, segundo dados da Abimci.

Exportações

Os produtos, como tábuas, esquadrias, batentes, componentes para móveis e os compensados, são utilizados na indústria de móveis, de embalagens e na construção civil. Em sua maior parte, a madeira serrada destina-se ao mercado interno. Da produção anual de 13 milhões de m³, 11 milhões de m³ servem ao mercado nacional. No caso dos compensados de pinus, no entanto, a exportação é prioridade. Dos 3 milhões de m³ produzidos anualmente, 2 milhões de m³ destinam-se a países como EUA, Alemanha e Reino Unido, nosso principal consumidor.

As exportações deram fôlego ao setor, que tem buscado se organizar para ter mais força. O primeiro passo nesse sentido foi dado em 1999, quando a Abimci criou o Programa Nacional de Qualidade da Madeira (PNQM). O próximo será o da certificação internacional, pois a partir da exportação, o setor percebeu que, como a madeira serrada e o compensado brasileiro têm condições de competir no mercado internacional, passaram a enfrentar as consequências de medidas protecionistas.

Para a Abimci, o setor tem grande potencial a ser explorado, mas esbarra na falta de representação junto ao governo e na atual legis-



Fonte: Secex, 2000/STCP - 2000 Estimativa

lação ambiental, que impõe restrições ao plantio de certas espécies e à exploração da floresta nativa. A matéria-prima da madeira serrada é proveniente de florestas plantadas de pinus e eucaliptos, predominantes no Paraná e em Santa Catarina. No caso dos compensados e dos produtos de maior valor agregado, a matéria-prima vem de espécies nativas da flora brasileira, como ipê, imbuia e jatobá, extraídas de reservas no Pará e Mato Grosso. Há ainda o compensado composto, muito exportado, que utiliza pinus no miolo e madeira nativa como acabamento.

Araucárias

A questão é complexa, pois envolve um setor economicamente importante e a necessidade de conservar florestas nativas tropicais. Um exemplo do desmatamento indiscriminado é a Mata Atlântica brasileira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), de um total de 1,3 milhão de km² da floresta primitiva, hoje restam apenas 50 mil km², que correspondem a menos de 5% da área original. Devastação semelhante aconteceu com as florestas de araucárias, no Sul do País, que foram praticamente substituídas por plantações de pinus, 36% das florestas plantadas, e eucalipto, os restantes 64%, segundo informações da própria Abimci.

O plantio de florestas para fins produtivos começou no País em

meados da década dos 60, sob a supervisão direta do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (Ibdf). O órgão instituiu um programa de incentivos fiscais que beneficiava agricultores e empresas, promovendo o plantio de grandes extensões de florestas.

Ibdf e Ibama

O programa acabou na década dos 80 e muitos produtores deixaram de plantar. Até 1995, havia abundância de madeira proveniente de reflorestamento. Hoje a situação é outra e após mais de dez anos sem plantios regulares, o País se depara com a escassez futura e a indústria terá que se limitar ao que está disponível. Para Battistella, houve uma mudança no conceito dos órgãos responsáveis pelo setor de florestas.

O Ibama nasceu em 1989, aglutinando outras instituições ligadas à área ambiental. O Ibdf estava voltado à produção e hoje o Ibama tem seu foco na conservação e preservação das florestas. "Não há um órgão cuidando do aspecto produtivo, o que coloca nosso setor num caos. Há o Programa Nacional da Floresta, que é terceiro ou quarto escalão dentro do Ministério do Meio Ambiente. Mas quem dá a última palavra é a ministra Marina Silva e seu foco é a preservação", salienta Battistella. Ele expõe ainda sua opinião sobre o que ocorreu com a araucária, no Paraná. "Houve empresas que preservaram a floresta de araucária com o intuito de ter matéria-prima mais nobre para o futuro. Hoje, esses empresários perderam o investimento, pois devido às áreas de preserva-

ção essas matas não podem ser derrubadas".

Além da anunciada escassez de matéria-prima, a Abimci vê problemas nas restrições para o plantio de certas espécies no entorno de áreas de preservação. Em relação a araucária, o presidente da entidade cita como exemplo as Portarias 507 e 508, de dezembro do ano passado, que delimitaram duas áreas para preservação, uma no Paraná, com cerca de 640 mil ha e outra em Santa Catarina, com 322 mil ha.

Limites ao mercado externo

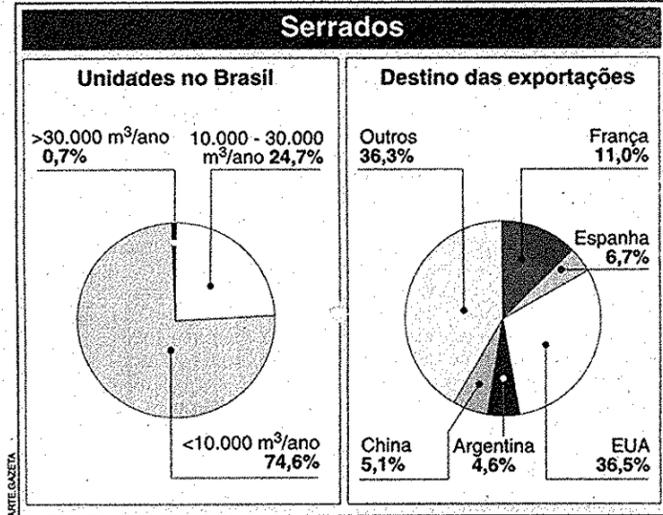
As portarias, editadas pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), determinaram ainda que num raio de 10 km² ao redor delas não podem ser plantadas árvores que não pertençam à flora brasileira, categoria em que se encaixa o pinus. Só no estado de Santa Catarina, as medidas prejudicaram mais de 13 mil propriedades rurais que vivem exclusivamente da agricultura da madeira. Segundo a Abimci, medidas como essa limitam a vantagem que o Brasil possui para competir no mercado externo e inviabilizam o setor dentro do próprio País. E a situação tende a se agravar, se não houver um posicionamento por parte do governo. Battistella diz que muitos empresários já estão deixando a atividade madeireira. Com as restrições à exploração da



Odelir Battistella

floresta nativa e a diminuição da plantada, a médio prazo o Brasil corre o risco de importar madeira, o que pode encarecer o produto e torná-lo menos competitivo no mercado externo. Argentina, Uruguai e Paraguai contam com programas de incentivo ao plantio visando o mercado brasileiro. Além da iminente importação de matéria-prima, muitas empresas do setor podem sentir-se tentadas a transferir-se para esses países. "É uma questão de política governamental. Se esses países estão dando incentivos para o plantio de florestas, consequentemente darão incentivos também para a instalação de parque industrial", conclui.

A entidade quer que o governo olhe a questão de forma mais atenta. Na gestão anterior, o Ministério da Agricultura tomou conhecimento do assunto, que recentemente foi levado à ministra Marina Silva. O presidente da Abimci aponta uma certa reticência por parte do atual Ministério do Meio Ambiente em entender claramente a questão, por estar tão centrado na



Fonte: Secex, 2000/STCP - 2000

fiscalização e controle do corte de florestas. Battistella argumenta que a floresta nativa pode ser manejada de modo sustentável e critica os movimentos ambientalistas. "Com os movimentos ecológicos dos últimos anos, disseminou-se uma visão muito emocional do aproveitamento da madeira, de modo que todos se sensibilizam quanto se derruba uma árvore.

Mas essas mesmas pessoas utilizam automóveis que poluem a atmosfera e não se abalam, pois estão se beneficiando do conforto que ele proporciona", compara.

Gás carbônico

Para Battistella, nenhum ecologista até agora levantou o aspecto de que todo artefato de madeira armazena dióxido de carbono e ajuda na despoluição do ar. "Toda floresta retira o gás carbônico da atmosfera e libera o oxigênio e, na árvore adulta, esse processo é equilibrado. Quando se corta essa madeira e se permite que as árvores mais jovens cresçam, o gás carbônico é retirado da atmosfera em maior volume", argumenta.

O Ibama afirma que ainda não foi procurado pela Abimci. Antonio Carlos Hummel, diretor da Área de Florestas do instituto, acha fundamental as discussões envolvendo o órgão, o Ministério do Meio Ambiente e o setor produtivo. "Estamos abertos ao diálogo. Não temos a intenção de excluir o setor produtivo, pois sabemos que gera empregos e é importante para a economia. Nos-

so objetivo é melhorar os processos de manejo florestal, especialmente na região amazônica. Esperamos que o setor produtivo sinalize que está disposto a cumprir a legislação, pois existem falhas na condução dos planos de manejo, muitos deles feitos sem o devido cuidado técnico", diz.

Quanto às florestas plantadas, João Paulo Capobianco, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, reconhece que houve falhas na redação das portarias, que já estão sendo reavaliadas pela equipe do atual governo. Segundo ele, nesse caso específico houve uma decisão do ministério anterior de criar uma Área de Proteção Especial, que abrange área mais extensa, a fim de proteger a floresta de araucária, uma das mais dizimadas pelo desmatamento indiscriminado.

Outro ponto que Capobianco destaca é que certas espécies de pinus tornaram-se invasoras, avançando sobre parques nacionais e áreas de preservação, por isso seu plantio deve ser feito levando-se em consideração aspectos técnicos, o que nem todos os produtores fazem.

Capobianco afirma que as orientações técnicas só serão devidamente cumpridas quando se tornarem diretrizes e normas. Para que o setor produtivo possa trabalhar com mínimos impactos, devem ser pensadas soluções a longo prazo e o ministério pretende incentivar a plantação de florestas por pequenos produtores rurais.